

ELEIÇÕES

2018

SUBSÍDIO DE
FORMAÇÃO

**CONSELHO NACIONAL
DO LAICATO DO BRASIL**

Elaboração

Comissão Nacional de Fé e Política do CNLB

Redator

Carlos Signorelli

Programação Visual

Cáritas Brasileira

Fonte imagens:

Pág. 5 -<http://imagempag5>

Pag. 14 -<http://imagempag14>

Pág. 15 -<http://imagempag15>

Pág. 16 -<http://imagempag16>

Apoio

CB - CÁRITAS BRASILEIRA

CEFEP - Centro Nacional de Fé e Política D. Hélder Câmara

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CBJP - Rede das Comissões Brasileiras de Justiça e Paz

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil

FDHT - Fórum Estadual de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social

OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

Pastorais Sociais

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político



Conselho Nacional do Laicato do Brasil

APRESENTAÇÃO

Em outubro escolheremos, através do voto nossos representantes políticos para os Poderes Legislativo e Executivo do país, em âmbito estadual e nacional.

É uma grande missão nossa, exercer a cidadania através do voto consciente que tem consequências para a vida de todos os brasileiros e brasileiras.

O Documento 105 da CNBB “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade”, enfatiza a índole secular que caracteriza o ser e o agir dos cristãos leigos e leigas, como propõe o Concílio Vaticano II e explicita a política como um dos lugares característicos do vasto e complicado mundo de atuação do laicato, como ressalta o Beato Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*. (cf. CNBB 105, n. 5-6).

***É uma grande missão
nossa, exercer a cidadania
através do voto
consciente que tem
consequências para
a vida de todos
os brasileiros e brasileiras.***

Sobre a atuação dos leigos na política, nos diz o Papa Francisco:

“Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efetivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, tão denegrida, é uma

sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. (...) Rezo ao Senhor para que nos conceda mais políticos que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, povo, a vida dos pobres” (in. CNBB 105, n. 258).

Por isso, não podemos nos recusar de participar efetivamente da política, nos cargos públicos, assumindo com responsabilidade a missão de tornar a sociedade mais ética e justa para todos e todas, sem distinção de cor, raça, sexo, religião, etc.

Uma das ações propostas no Documento 105, para o mundo da política, está a de “incentivar e preparar os cristãos leigos e leigas a participarem de partidos políticos e serem candidatos para o executivo e o legislativo, contribuindo deste modo para a transformação social” (n. 263 “c”) e “acompanhar os cristãos que estão com mandatos políticos (executivo e legislativo), no judiciário e no ministério público e os que participam de Conselhos Paritários de Políticas Públicas, a fim de que vivam também aí a missão profética, promovendo reuniões, encontros, momentos de oração e reflexão e retiros” (n. 263 “f”).

Assim, para contribuir com a reflexão sobre as eleições deste ano, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, apresenta este “Subsídio de Formação Eleições 2018”, para que tomando conhecimento, estudem, multipliquem e divulguem, promovendo um movimento nacional de cidadania, de vivência eclesial, pois “a construção da cidadania, no sentido mais amplo, e a construção da eclesialidade nos leigos, é um só e único movimento” (Ap. n. 215).

Marilza José Lopes Schuina

Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2018 teremos Eleições Gerais no país. Elegeremos deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores dos Estados e, elegeremos, também, o Presidente da República.

No dia 7 de outubro, primeiro turno, votaremos para todos os cargos em disputa. Já no dia 28, último domingo de outubro, votaremos nos cargos para os Executivos (Governador e Presidente da República) nos casos em que, no primeiro turno, nenhum candidato alcançou mais da metade dos votos.

Desde já, podemos dizer que o processo político, no Brasil, não está dos melhores. Ao contrário! Dom Angélico Sândalo Bernardino disse, no mês de setembro passado, que o país vive uma crise ética na política por parte dos governantes e autoridades, afirmando que os parlamentares estão de costas para o povo, não ouvem os gritos da população, sobretudo, dos segmentos que estão à margem da sociedade.

Mas devemos ter presente, também, a palavra do Papa Francisco sobre isso:

“Devemos implicar-nos na política, porque a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que procura o bem comum.”

Este é o motivo deste caderno: refletir, conversar, discutir sobre política, sobre os acontecimentos, sobre os cargos que estão em disputa e sobre aqueles e aquelas que estão disputando. Algumas pessoas dizem que política é

uma coisa pessoal, indiscutível. Ao contrário, a Igreja pensa que a política deve ser profundamente vivida e pensada.

Assim, este caderno é construído em três partes: VER, JULGAR e AGIR. Pensamos que a leitura e a discussão deste material devem ser feitas em grupo, em conjunto com outros irmãos e irmãs que querem se preparar mais adequadamente para ir às urnas em outubro.

Ao final de cada uma das três partes temos uma “discussão em grupo”, que serve para aclarar as ideias e, se for o caso, para discutir as posições que devem ser tomadas em conjunto. Vamos ao trabalho?

VER



O Grito dos Excluídos de 2017 teve como lema “Por direitos e Democracia, a luta é todo dia” e tema “Vida em primeiro lugar”. Com isto se chamou a atenção dos brasileiros e brasileiras para a urgência da organização e luta popular frente à conjuntura em que o país vive hoje.

Em 2016 aconteceu um Golpe de Estado no Brasil, como o que já havia acontecido em Honduras e no Paraguai. Votou-se o “impeachment” da presidenta Dilma, por argumentos hoje reconhecidos como inexistentes.

Mas chamou a atenção, de alguns brasileiros e da imprensa estrangeira em geral, a forma grotesca como se votou o impedimento no dia 17 de abril de 2016, com parlamentares jogando confetes e serpentinas, votando “pela minha mãe”, “pelo meu filho”, “por Deus” e se jogando uns nos colos dos outros. Foi tão vergonhoso que alguns de nós ficamos envergonhados com nossos representantes.

A situação ficou ainda pior:

1. Percebeu-se que o golpe foi dado por interesse do capital, tanto financeiro como produtivo;
2. O Governo interino fez aprovar reformas constitucionais que reduzem gastos com educação, saúde e previdência, mas economiza para o pagamento dos juros do capital financeiro;

3. Pela Reforma Trabalhista, os trabalhadores e trabalhadoras perderam significativos direitos que os levarão a uma perda salarial, a uma redução dos ganhos, e a uma quase total insegurança no trabalho. E em conjunto com a Reforma da Previdência, muitos já sabem que não poderão se aposentar, nunca;

4. A chamada “Reforma Orçamentária”, que cortou os percentuais em saúde, educação e previdência, já colocou estas estruturas estatais em cheque mate:

a. Na saúde, estão sendo criadas diariamente clínicas populares particulares, nas quais tudo é pago: consulta, exames e cirurgias. Além disso, o desejo do governo em relação aos planos de saúde aconteceu: estes se redimensionaram para receber os pobres, com seus baixos pagamentos, e oferecendo-lhes baixos atendimentos. Podemos dizer, sem medo de errar, que o SUS entrou em coma. Ou de outra forma: está acabando a tão sonhada saúde pública gratuita para todo o povo.

b. Na educação, colégios particulares, em todos os níveis e etapas da vida das crianças e jovens, estão se apresentando, em substituição às entidades estatais, dado que, nestes, os salários dos professores não aumentam há vários anos, e as condições de estudo são cada vez mais precárias.

c. Também na área da previdência, os brasileiros e brasileiras são chamados a se inscreverem em planos previdenciários particulares.

Segundo dom Guilherme Antônio Werlang, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

“Vivemos tempos difíceis. Os direitos e os avanços democráticos conquistados nas últimas décadas, frutos de mobilizações e lutas, estão ameaçados. O ajuste fiscal, as reformas trabalhista e da previdência estão retirando direitos dos trabalhadores para favorecer aos interesses do mercado. O próprio sistema democrático está em crise, distante da realidade vivida pela população”.

Tudo isso ocorreu no Chile, quando Pinochet tomou o poder.

Os grupos americanos, além de bancarem o processo com dinheiro vivo, ficaram superpreocupados com o que o Brasil construía em termos de relações mundiais:

a. Integração sul-americana, tentando construir um “Conselho de Defesa”, contra as bases americanas no território;

b. Aproximação com a África e com os países árabes, sem a interferência dos EUA;

c. Criação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul). Com a possibilidade da criação de novas estruturas econômicas, paralelas do Fundo Monetário Internacional e outras entidades criadas pelos EUA no pós guerra.

Segundo a ótica dos EUA e os grupos internos, era necessário por um paradeiro, dar um basta nessa busca da criação de um novo mundo, de novas relações internacionais.

Mas, o mais grave é que há visíveis

“quadrilhas” no poder, colocadas a serviço dos poderosos, os quais nunca viveram momento tão favorável, de prepotência, arrogância e irresponsabilidade.

Mesmo com todos os direitos ao capital e as perdas significativas dos trabalhadores, a economia do país não consegue sair da recessão. As pesquisas de opinião, apresentadas continuamente na imprensa, mostram que o “presidente da república” nunca teve uma impopularidade tão grande. Mas o atual governo é sustentado pelas reformas que, como dissemos, tiram dos trabalhadores conquistas sociais de décadas e congelam os gastos públicos nas áreas sociais, além de anularem ou reduzirem drasticamente os programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, FIES, Bolsa Família, etc.

Mas o atual governo é sustentado pelas reformas que, como dissemos, tiram dos trabalhadores conquistas sociais de décadas e congelamos gastos públicos nas áreas sociais

Depois que o Brasil passou a tornar-se um país considerado chave e liderança no mundo, e buscar afirmar sua independência no plano internacional, agora, com esse governo pós-golpe, passou a ser motivo de riso.

Voltou-se ao programa de dar ao mundo as nossas riquezas, através do programa de privatizações, da Petrobrás, da Eletrobrás, dos Correios, além dos bancos do Brasil e da Caixa Econômica.

No Congresso, o parlamento só vota projetos de interesse do capital, dos latifundiários, como afirmam alguns em caráter de crítica: só as bancadas da “Bala, do Boie da Bíblia” recebem, atenção. E aqui, a atenção é mais econômica. Temos visto como o Executivo beneficia os parlamentares que com ele votam, principalmente quando está em pauta licenças para processos contra os membros do Executivo ou do Legislativo.

Para muitos, podemos dar um outro rumo ao Brasil elegendo Lula para Presidente da República neste ano de 2018. Isto vemos nos resultados das pesquisas eleitorais promovidas pelos diversos jornais do país.

No caso das estruturas políticas, denúncias de alta corrupção no “Governo Interino” e no Congresso, não são apuradas, até porque o sistema Judiciário, com seus juízes e promotores, é acusado de participar do golpe. E hoje já não se pode ocultar o fato de que a chamada “Operação Lava Jato” existe e continua atuando apenas para condenar os petistas e prender Lula, para que este não possa participar das eleições deste ano. Vejam-se as acusações, com provas, contra outros políticos de outros partidos.

Por outro lado, a situação do Brasil, com o Golpe Político, se insere na nova estrutura mundial na qual o Capital Financeiro domina e constrói os poderes a seu serviço.

Para muitos, podemos dar um outro rumo ao Brasil elegendo Lula para Presidente da República neste ano de 2018. Isto o vemos nos resultados das pesquisas eleitorais promovidas pelos diversos jornais do país.

E isto tem causado um problema para os grupos políticos e econômicos que concordam e apoiam as ações do “governo interino”. Daí um conjunto de ações e notícias que buscam tirar Lula das eleições ou manchar sua reputação.

GRUPOS DE REFLEXÃO

1. Escolha um dos pontos da análise acima e comente com os demais participantes. Se possível, todos devem dar sua opinião.
2. Tem gente dizendo que não há possibilidade de grandes mudanças, hoje. O que você acha?



JULGAR

A situação brasileira é hoje motivo de análises as mais negativas em todo o mundo. Desde as atitudes infantis, que descaracterizavam o importante papel do parlamentar, quando da aprovação do “impeachment”, até as afrontas ao povo pobre, quando do corte das verbas para o SUS, para a Educação Pública e para a Previdência, há um olhar crítico aos políticos e, principalmente, aos membros do poder executivo.

Por isso, a CNBB afirma:

“Repudiamos a falta de ética, que há décadas, se instalou e continua instalada em instituições públicas, empresas, grupos sociais e na atuação de inúmeros políticos que, traíndo a missão para a qual foram eleitos, jogam a atividade política no descrédito. A barganha na liberação de emendas parlamentares pelo Governo é uma afronta aos brasileiros. A retirada de indispensáveis recursos da saúde, da educação, dos programas sociais consolidados, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Programa de Cisternas no Nordeste, aprofunda o drama da pobreza de milhões de pessoas. O divórcio entre o mundo político e a sociedade brasileira é grave”. (CNBB 26.10.17)

Tanto o Presidente da República, como seus ministros em sua quase totalidade, são acusados, e com bastante provas, de corrupção e de uso vergonhoso do dinheiro público. Vergonhoso e bastante demonstrativo de quanta corrupção envolve o mundo parlamentar. Até malas cheias de dinheiro são encontradas... E nada se faz, inclusive nos meios da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça para encontrar culpados e motivos.

Novamente devemos chamar aqui a palavra da CNBB:

“A sociedade brasileira está cada vez mais perplexa, diante da profunda crise ética que tem levado a decisões políticas e 10 econômicas que, tomadas sem a participação da sociedade, implicam em perda de direitos, agravam situações de exclusão e penalizam o povo brasileiro pobre”. (CNBB, 31.08.17)

A situação do processo político, hoje, no Brasil, com o desrespeito às mais elementares condutas éticas e também desrespeito evidente ao próprio povo, nos leva a dizer que:

“A superação da grave crise vivida no Brasil exige o resgate da ética na política que desempenha papel fundamental na sociedade democrática. Urge um novo modo de fazer política, alicerçado nos valores da honestidade e da justiça social.”

Há um desprezo pela ética que, no caso brasileiro, faz com que se misturem os interesses públicos, pessoais e corporativos, motivo de tantas denúncias, já comprovadas, dos escândalos de corrupção.

E devemos fazer nossas as palavras do Papa Francisco a esse respeito:

“Na vida pública, na política, se não houver a ética, uma ética de referimento, tudo é possível e tudo se pode fazer”. (Roma, maio de 2013)

O agir e as medidas tomadas pelo governo que aí está são profundamente

prejudiciais aos pobres. Vejamos:

“Relatório da ONG britânica Oxfam a respeito da desigualdade social no Brasil mostra que os seis brasileiros mais ricos concentram a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres.”

Isto deve nos questionar de forma muito intensa.

Estudando as análises e pesquisas feitas pelas instituições internacionais que cuidam desse assunto, principalmente a OXFAM, vemos que entre 22 países 11 desenvolvidos e emergentes analisados, o Brasil lidera a concentração de riqueza nas mãos do 1% mais rico da população.

Mas, se sairmos da análise brasileira, só para entendermos o modelo de economia que estamos vivendo, hoje, vemos que a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial, pela primeira vez na história, equivale à riqueza dos demais 99%.

E porque isso?

Porque as grandes empresas, o capital financeiro, as pessoas mais ricas do mundo, aumentam as desigualdades ao explorar um sistema econômico que enfraquece o Estado e o coloca a seu serviço. Proíbe a criação de legislações que tornem os tributos mais justos, sonegam quando podem, e constroem leis que reduzem os salários, o poder dos sindicatos, e aumentando os rendimentos para os que têm investimentos em capital.

No dizer de uma das dirigentes da OXFAM, A situação de empobrecimento e desigualdade radical no mundo assim acontece porque o capital financeiro e produtivo, os mais ricos, constroem um Estado a seu favor, agindo a favor de seus propósitos.

GRUPOS DE REFLEXÃO

1. Frente à situação analisada e criticada acima, comente a frase de Jesus: “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância”.
2. O que podem fazer os cristãos e cristãs, face a essa situação de morte em que vive o mundo?

AGIR



Vamos começar esta parte do “Agir” com a palavra da CNBB:

“Urge caminhar, criando espaços e estruturas que, num primeiro momento, apresentem a prática do novo, e, num segundo momento, criem a consciência de que fazer acontecer este novo não só é necessário, mas possível!”.

É nossa responsabilidade buscar construir vida aí onde aparece a morte, o sofrimento, a fome. E não nos ouçamos dizer: não dá para fazer nada! Como nos diz a CNBB:

“Apesar de tudo, é preciso vencer a tentação do desânimo. Só uma reação do povo, consciente e organizado, no exercício de sua cidadania, é capaz de purificar a política, banindo de seu meio aqueles que seguem o caminho da corrupção e do desprezo pelo bem comum. Incentivamos a população a ser protagonista das mudanças de que o Brasil precisa, manifestando-se, de forma pacífica, sempre que seus direitos e conquistas forem ameaçados”. (CNBB 27.10.17)

CONSCIENTIZANDO PARA O VOTO

Como já dissemos em outro material eleitoral anteriormente, é necessário conscientizar o maior número possível de brasileiros e brasileiras para que entendam o que vão fazer nas urnas, sobre sua reponsabilidade no mês de outubro deste ano, e a necessidade de fazê-lo da melhor forma possível.

Como fazer isso?

- a. Debatendo, conversando em grupo, para um entendimento melhor;
- b. Produzindo materiais populares nos quais a análise do momento histórico em que estamos vivendo, o perfil de candidatos e candidatas e seus projetos estejam presentes, mas, também, as nossas posições frente a tudo isso;
- c. Mostrar o processo político e econômico que estamos vivenciando;
- d. Trazer para a conversa, para o debate, candidatos regionais, para discutir com eles e elas de forma aberta, e procurando separar, sempre, os lobos dos cordeiros;
- e. Onde houver possibilidade, apresentar à comunidade os resultados dos debates, das falas dos candidatos e candidatas, para que o resultado das atividades seja vivenciado por todos e todas.

VOTO não tem preço
Tem CONSEQUÊNCIA



CONSTRUINDO ESTRUTURAS QUE FICAM

Agora fazemos sugestões para que o agir durante as eleições gere, também, estruturas de participação, de construção de uma outra democracia, que permaneçam depois das eleições. Eis algumas.

a. Grupos ou Pastorais de Fé, Política e Cidadania

A Igreja no Brasil busca fazer com que os católicos e católicas formem uma consciência crítica baseada no conhecimento de nossa realidade social, política e econômica. Por isso, insiste em que a criação de grupos ou pastorais de fé e política são um espaço privilegiado para isso. Ao sugerir a formação de grupos de Fé e Política, a Igreja propõe que todos se integrem no processo de valorização da vida e que os participantes tenham uma visão local e global da realidade.

O que acontece em nossa comunidade tem repercussão na vida da cidade e, ao mesmo tempo, sofre as influências de fenômenos externos, como políticas públicas, impactos econômicos e até mesmo conflitos sociais em outras partes do país e do planeta. É por isso que um grupo de fé e política não deve ser fechado em si mesmo, pensando somente naquilo que acontece na própria comunidade, mas tendo certeza de que sua atuação pode, sim, ser eficaz para o bem do próprio município, do estado ou do Brasil.

E, cuidado! Nenhum grupo de Fé e Política pode ter a influência direta de partidos políticos ou de membros do Executivo ou Legislativo.

b. Acompanhamento dos poderes

Assistir a uma sessão de um Legislativo, notadamente da Câmara Municipal, pode se constituir, muitas vezes, numa atividade enfadonha, cansativa e, muitas vezes, sem sentido. Se a pessoa não conhecer os meandros do legislativo municipal, não conhecer o Regimento Interno daquele espaço público, tudo aquilo pode parecer, à primeira vista, um espetáculo sem nenhum interesse. Mas estar presente a uma sessão, acompanhar os discursos e as votações, ouvir as palavras e os gestos dos vereadores e vereadoras, tudo isso tem um significado que nem sempre é inteligível. Além disso, a posição pró ou contra determinada matéria, dá sempre a posição intelectual e ideológica daquele ou daquela que está defendendo ou criticando e votando.

No dia 17 de abril, no Congresso Nacional, vimos como os representantes do povo podem agir de forma degradante que, naquele caso, mancharam a visão que se tinha do Brasil no Exterior.

Por isso, a insistência em que se criem Grupos de Acompanhamento dos Poderes (Legislativo ou Executivo), para que se tenha uma clara ideia do que estão fazendo. E não há dúvidas de que tais grupos devem, depois, apresentar à Igreja e à Sociedade o que viram, ouviram, e apresentarem sua análise.

Por isso, já há mais de 20 anos vem sendo discutida a necessidade de fiscalizar as ações dos poderes públicos, Executivo e Legislativo, dos funcionários públicos, e dos agentes do Poder Judiciário. Já existem experiências, que nos mostram a importância de tal tipo de ação cidadã.

c) Escolas de Fé, Política e Cidadania

Diz-nos o documento 105, da CNBB, “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade”, que a entidade episcopal quer incentivar e animar a constituição de Cursos e/ou Escolas de Fé e Política ou Fé e Cidadania, ou com outras denominações, nas Dioceses e Regionais (Doc 105, 163e).

Há um entendimento errado de que tais cursos devem ser dados àqueles e àquelas que desejam participar como candidatos ou candidatas nas próximas eleições. Nada mais redutor de tais cursos ou Escolas.

As Escolas de Fé e Política e ou Fé e Cidadania são essenciais para a formação dos cristãos e cristãs naquilo que se refere ao processo político, quer sejam candidatos ou não. É uma excelente oportunidade para que todos e todas se preparem acertadamente para participar do processo eleitoral. E citamos um grande modelo para todos e todas que queiram constituir a sua Escola Diocesana de Fé e Política: o Centro Nacional de Fé e Política D. Helder Câmara (CEFEP).



d. Levar à Participação nos Conselhos de Direitos

Existem, nos municípios, os Conselhos Paritários de Políticas Públicas, ou também chamados de Conselhos municipais de Direitos: de saúde, de educação, da mulher, da criança e do adolescente, do idoso, etc.

Diz-nos o Documento 105, que “Esses Conselhos de Direitos, (...) são um lugar privilegiado de participação dos cristãos leigos e leigas na vida política. Sem a

presença dos leigos e leigas nestes conselhos perdemos, por omissão, a chance de defender os direitos dos cidadãos, facilitamos a manipulação e a corrupção no âmbito da política e perdemos uma oportunidade ímpar do exercício da cidadania, do profetismo e da promoção do bem comum.”

Por isso, cumprindo o desejo da CNBB, de que deve-se incentivar a participação ativa e consciente nos Conselhos de Direitos, na dioceses e municípios os cristãos devem se manter informados da existência de tais conselhos, de notícias a respeito, e tanto quanto possível, desenvolver atividades de formação para que cada vez mais possamos estar dentro de tais conselhos e deles participar.

GRUPOS DE REFLEXÃO

- 1. Se é verdade que temos que conscientizar para o voto, o que devemos fazer? Como fazer?**
- 2. Quais estruturas de participação e conscientização, apresentadas aqui, podemos criar em nossa diocese ou Município? Existem outras ideias?**

ELEIÇÕES
2018
**CONSELHO NACIONAL
DO LAICATO DO BRASIL**